

## **Intervenção de Carlos Lage no âmbito da apresentação do Programa Operacional da Região Norte – 21 de Novembro de 2007 | Guimarães**

Senhor Ministro

Senhor Secretário de Estado

Senhor vice-reitor da Universidade do Minho

Senhores Gestores dos POs Temáticos

Senhores membros da Comissão Directiva do PO Regional do Norte

Senhores Presidentes de Câmara

Senhoras e Senhores convidados

Começo com três interrogações de recorte Kantiano: O que sabemos sobre a região? O que devemos e podemos fazer? O que nos é permitido esperar?

São as três interrogações fundamentais da filosofia kantiana formuladas na sua obra-prima, a Crítica da Razão Pura, que me permito parafrasear, preferindo inspirar-me na linguagem do filósofo do que na de Adam Smith, o fundador da ciência económica, cuja “mão invisível” tem sido pouco pródiga para a Região Norte.

O que sabemos sobre a região é muito e pouco ao mesmo tempo. O panorama económico e social regional não é lisonjeiro, longe disso, mas não pode ser identificado com as figuras da decadência, mais pesada, ou de declínio, mais leve.

Se analisarmos os mapas e os quadros que reúnem e sintetizam as estatísticas nacionais e regionais, podemos ver que estamos perante um território nacional historicamente desequilibrado, com uma distribuição da riqueza que se agravou nos últimos anos, com a região da capital a concentrar mais de 45% do PIB nacional.

Vemos um país que oferece um mapa de desenvolvimento decepcionante, após vinte anos de fundos estruturais e de cerca de cinquenta mil milhões de euros recebidos dos cofres comunitários, em que praticamente só a região da capital ultrapassou a média comunitária do conjunto dos Vinte e Sete estados-membros da União Europeia. Nem a Área Metropolitana do Porto, se tratada isoladamente do resto da região, se salva, já que, recentemente, decaiu para um nível inferior ao limiar dos 75% da média comunitária.

Uma breve leitura da situação económica regional, evidencia uma economia muito aberta, com uma orientação fortemente exportadora (quase um terço da produção regional destina-se aos mercados internacionais), e um crescimento económico fortemente dependente da sua capacidade exportadora. Embora a importância da Região Norte como plataforma de internacionalização da economia portuguesa tenha vindo a sofrer alguma erosão, o certo é que, ainda hoje, mais de 40% das exportações nacionais têm origem nesta região. Em 2005, as exportações com origem no Norte do país registaram uma queda mas, em 2006, conheceram já um crescimento (em valor) próximo dos 10% (ainda assim, inferior ao crescimento global das exportações portuguesas).

O retrato que resulta destes e de outros indicadores económicos, é o de uma economia regional ainda em pleno processo de reestruturação. A evolução da estrutura das exportações regionais mostra isso mesmo: os produtos mais representativos dos sectores tradicionais de especialização regional (têxtil, vestuário e calçado) respondiam, em 2001, por cerca de 47% das exportações com origem no Norte, proporção que, em 2006, já era apenas de 30%; no mesmo período, as máquinas e aparelhos eléctricos (aqui tomados como um exemplo de produtos com maior incorporação de tecnologia e de maior valor acrescentado), evoluíram de um oitavo para cerca de um sexto das exportações regionais.

Em 2006, as importações dirigidas à Região Norte tiveram um crescimento superior ao total de importações da economia nacional, o que poderá indicar um crescimento da procura interna regional acima da média nacional. Destaca-se, em particular, o crescimento das importações de bens de capital (excluído o material de transporte), acentuando uma tendência iniciada em 2005 e deixando perceber um bom dinamismo do investimento da região.

O processo de reestruturação que a região atravessa é uma resposta aos desafios colocados pela globalização a uma economia que se apresentava com fortes limitações estruturais, como a fraca qualificação dos recursos humanos, e tendo como principal factor de competitividade uma mão-de-obra abundante e com baixas remunerações. Da mesma forma, a evolução da economia regional nos próximos anos estará intimamente ligada á forma como o processo de ajustamento estrutural continue a desenrolar-se e, em particular, à capacidade das empresas desenvolverem novos factores de competitividade, mais ligados á inovação, à tecnologia, ao serviço ao cliente, ao domínio dos circuitos de comercialização.

Que devemos fazer?

A Região Norte vai ter acesso a mais de oito mil milhões de euros colhidos na grande árvore dos fundos comunitários. É uma soma gigantesca que não deve ser subestimada só pelo facto de, no período 2000-2006, as transferências volumosas para a região terem convivido com um longo período de marasmo da economia e com a explosão do fenómeno do desemprego. Afinal, desse período não nos fica só um sabor amargo e o sentimento de fracasso, pelo menos deu-se um enorme avanço nas infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento e à qualidade de vida. Por outro lado, a ausência de dinamismo da economia foi causa e também efeito das debilidades da economia nacional, sobretudo políticas erradas que conduziram a um crescimento desmesurado das despesas do Estado combinadas com o imobilismo da estrutura económica do país e a ausência de reformas estruturais.

O contexto é hoje bem diferente: o país está a emergir lentamente de um prolongado ciclo recessivo e as políticas públicas mudaram de direcção. Agora não se põe a ênfase no intervencionismo do Estado, recusa-se a sua ocupação de quase todo o espaço da sociedade, ao contrário, criam-se as condições para a expansão da capacidade empresarial do país e do espírito de iniciativa dos indivíduos. Uma

guinada liberal? Sim, mas temperada por preocupações quanto à preservação do Estado social. Uma espécie de liberalismo preocupado com a equidade e pautado pelo desejo de aumentar a igualdade, à feição de John Rawls e da sua Teoria da Justiça.

A Região Norte encontra-se em estado de urgência. É preciso reinventar a economia regional. Impõe-se acelerar os factores de mudança estrutural que passam essencialmente pela educação e pela formação, pela ciência, pelo espírito empresarial, e pelas cidades e pela área metropolitana da região.

O crescimento económico, dizem os livros e di-lo a prática, supõe uma atitude favorável da população e um clima de confiança. O seu fermento essencial consiste na existência de um número suficiente de pessoas animadas de espírito de empresa – o empresário inovador de quem Joseff Shunpeter traçou o retrato – dispostos a correr riscos, a lançar novas combinações produtivas, a inovar resolutamente.

Ninguém ignora que o sucesso das empresas e das economias está mais do que nunca dependente das capacidades de produzir e utilizar o conhecimento. Se a economia baseada no conhecimento não pode ser reduzida á alta tecnologia, a verdade é que esta tem estado na vanguarda dos países e regiões mais competitivas. Também a inovação não tecnológica incorpora conhecimento, não se restringindo à simples mudança técnica.

Os fundos comunitários – canalizados pelos três Programas Temáticos e pelos Programas Regionais – só podem ter uma finalidade: fazer com que as regiões e o país retomem uma rota de convergência com a média da União Europeia. Se não o conseguirem falham. A sua finalidade não obedece a uma lógica redistributiva, mas sim criativa.

Vejamos a arquitectura do QREN e, de seguida, a arquitectura do PO Regional. Pode estimar-se com segurança que à Região Norte devem ser alocados os 2.712 milhões de euros da dotação do PO Regional mais 5.4 mil milhões de euros derivados dos POs Temáticos o que totaliza 8.1 mil milhões de euros (FEDER mais FSE)

Nestes cálculos não é contabilizada a percentagem do Fundo de Coesão (3.1 mil milhões de euros), do FEADER (3.7 mil milhões de euros), do FEP (233 milhões de euros), e do Objectivo da Cooperação territorial (88 milhões de euros) que caberá, como é natural, à Região Norte, pelo que o montante final será, provavelmente, superior ao anteriormente indicado apenas para o FEDER e o FSE.

Porém, pelo menos tão importante como os montantes globais que estão ao seu alcance será a capacidade dos actores regionais gerarem iniciativas e projectos concretos que, pela sua elevada

qualidade e mérito, permitam concretizar, na plenitude, quer os princípios estratégicos estabelecidos para o QREN, designadamente, a concentração, a selectividade e a sustentabilidade, quer as principais metas gerais e específicas estabelecidas para as intervenções dos fundos estruturais na Região Norte.

Da confluência e do cruzamento dos POs Temáticos e regionais deverá resultar uma verdadeira política regional. Esta não pode confinar-se apenas aos pequenos redutos dos POs regionais. É preciso fazer uma leitura e interpretação regional dos POs temáticos. Isso é tanto mais evidente porque estando a região da Área Metropolitana de Lisboa praticamente fora dos apoios comunitários, tudo vai depender da capacidade de resposta das regiões de convergência ao impacto daquelas.

No que toca ao PO Regional, as suas opções são claras e coerentes, bem reflectidas nos seus eixos estruturantes. No entanto, para além disso, algumas apostas devem ser salientadas:

- no turismo, que permitirá num espaço de tempo mais curto acelerar actividades e criar emprego;
- nas energias renováveis, impulsionadas pela exploração das capacidades hídricas existentes e pela constituição de um Cluster eólico de grande envergadura que permite fortalecer a capacidade tecnológica da região;
- na criação de um pólo de competitividade e tecnologia de vocação internacional na área das ciências e das tecnologias da saúde;
- no aumento dos gastos em investigação científica e tecnológica (I + D + I), pública e privada, para 1% do PIB Regional e chegar, gradualmente, até 2015, aos 2%;
- no desenvolvimento de uma rede de cidades activas e dinâmicas que cubra todo o território da região, como elemento essencial de um ordenamento equilibrado do seu território;

- no contribuir para organizar e expandir as indústrias criativas;
- no impulsionar a reestruturação dos sectores de especialização e apoiar clusters emergentes com vocação exportadora.

Aposta ainda na atracção de investimento estrangeiro que impulsiona e acelere a mudança estrutural da região.

Que nos é permitido esperar?

Estamos convictos que a região Norte tem condições para, até 2010, definir, como primeiro objectivo, acompanhar a dinâmica nacional de crescimento económico e, depois disso, crescer acima da média nacional. O programa operacional regional e a participação regional nos programas operacionais temáticos (com destaque para o potencial humano) são um instrumento poderoso para ajudar a conseguir alcançar os objectivos a que a Região Norte aspira. A CCDR-N tudo fará para dinamizar a sua utilização e potenciar o seu impacto. Mas cabe aos agentes regionais, designadamente municipais, mostrarem a capacidade de realização que permita à região absorver da melhor forma os montantes de financiamento que agora são postos à sua disposição.

Vale a pena reler a avaliação ex-ante do QREN feita pelo Departamento Central de Planeamento em que se consideram dois cenários: o cenário status- quo (em que a estrutura económica se mantém mais ou menos a mesma) e o cenário de mutação estrutural. Naquele cenário, o crescimento da economia

será lento ou nulo, não obstante a utilização dos fundos comunitários. No cenário de mutação estrutural o impacto dos fundos no PIB nacional será forte, podendo originar um diferencial de + 1.2% ao ano.

Atendendo a que os fundos serão essencialmente aplicados nas regiões de convergência, em especial na Região Norte, para se chegar àquele resultado seria preciso que o impacto naquelas regiões ainda seja superior aos 1.2%.

Este cenário parece demasiado optimista, todavia permite-nos justificar um crescimento possível da Região Norte superior à média nacional e sustentar uma meta de crescimento entre os 3 e os 4% do PIB Regional a partir de 2010.

Não há razões de fundo que nos tolham esta ambição. A região tem um enorme potencial, possui competências do mesmo nível daquelas que existem em Lisboa. E se países como a Espanha e a Grécia e regiões, como a Galiza, registaram crescimentos que oscilaram entre os três e os quatro por cento anuais, porque diabo a Região Norte não poderá alcançar a mesma meta?

Mas na economia não há só economia, há também política, cultura, sociedade. É preciso politizar o desenvolvimento regional. Este não é um fenómeno neutro. A dimensão política não é exterior ao processo de desenvolvimento como se fosse uma embalagem. É interior a esse processo. Por isso, voltando à linguagem kantiana ganhar a Região Norte para a modernidade científica, económica, cultural e social, é um imperativo categórico.

Carlos Lage

Guimarães, 21 de Novembro de 2007